

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM ANGOLA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO PROCESSO

Marciele Nazaré Coelho¹

marcielecoelho@yahoo.com.br

Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais – CIS

Maria de Fátima Marques²

fayluzio2@sapo.pt

Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais – CIS

Clarice Cassenda Correia³

c.cassenda.c@gmail.com

Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais – CIS

RESUMO

A pesquisa que aqui se apresenta traz como problemática a avaliação no ensino superior, tendo como objecto os processos avaliativos implementados no âmbito do ensino superior angolano e as premissas de qualidade. A avaliação no ensino superior possui um grande desafio que é o de construir instrumentos fidedignos para que os mesmos possam dar as respostas necessárias para a posterior análise e com isso fornecer um diagnóstico da qualidade do ensino, essencialmente no que se refere à componente aprendizagens. Dessa forma, diante do desafio de reconstruir historicamente o processo avaliativo em Angola, temos como problemática a análise dos processos avaliativos institucionais que existiram em Angola no âmbito do Ensino Superior e como estão articulados com as políticas públicas mais amplas e a busca pela qualidade de ensino. Com o intuito de contribuir para a reconstrução dessa história da avaliação em Angola, procuraremos investigar, historicamente, os processos de avaliação institucional decorridos em Angola buscando compreendê-los dentro do âmbito das políticas educacionais mais amplas. Para o cumprimento dos objectivos propostos a pesquisa possui como base a abordagem qualitativa, procurando analisar historicamente as formas e pressupostos avaliativos do ponto de vista institucional adoptados em Angola, com base no Ensino Superior, na busca de uma revisão crítica da literatura existente sobre o tema. Com base nos resultados parciais, nota-se que as avaliações implementadas em Angola carregam consigo percepções, ideais, noções e pressupostos que representam a realidade em que se inserem, mais especificamente, deixam transparecer o modelo de política educacional traçado para o sector.

Palavras-chave: avaliação institucional, qualidade, políticas educacionais, desafios.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/ Brasil), Directora de Avaliação, Normalização e Controle Institucional do Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (CIS) e Docente Universitária.

² Mestre em Supervisão e Orientação Profissional (Universidade Técnica de Lisboa), Assessora da Direcção de Avaliação, Normalização e Controle Institucional do Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (CIS), Directora do Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA-CIS) e Docente universitária.

³ Licenciada em Relações Internacionais (CIS), Mestranda em Governação e Gestão Pública (Faculdade de Direito - UAN) Assessora da Direcção de Avaliação, Normalização e Controle Institucional do Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (CIS) e Docente Universitária

INTRODUÇÃO

A problemática da avaliação é recorrente nos diferentes níveis de ensino e o Ensino Superior está imerso neste universo. Relativamente à avaliação institucional os países adoptam diferentes políticas para a sua formulação e estas possuem pressupostos diferenciados.

No âmbito da importância da avaliação institucional para a melhoria da qualidade dos processos educativos, temos como foco a problemática da avaliação no ensino superior, tendo como objecto os processos avaliativos implementados nos países de língua portuguesa, em especial o caso de Angola e as premissas de qualidade definidas historicamente.

Considerando a necessidade de compreender tais processos, a pesquisa busca reconstruir a história recente do processo avaliativo em Angola, procurando entender quais as acções e processos avaliativos institucionais que existiram em Angola, no âmbito do Ensino Superior e como estão articulados com as políticas públicas mais amplas.

A identificação, descrição e análise dos processos avaliativos implementados em Angola no que diz respeito ao ensino superior, assim como os fundamentos e as percepções avaliativas presentes em cada um destes processos, serão essenciais.

A abordagem utilizada é a qualitativa, procurando analisar historicamente as formas e pressupostos avaliativos do ponto de vista institucional adoptados em Angola, com base no Ensino Superior, na busca de uma revisão crítica da literatura existente sobre o tema. A pesquisa bibliográfica será o instrumento de recolha de dados.

Para a compreensão do contexto da avaliação institucional em Angola, iniciaremos por apresentar brevemente o histórico do ensino superior angolano.

1. O ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

O Ensino Superior em Angola teve vários períodos e em cada um deles uma especificidade.

Nos anos de 1960, segundo Carvalho (2012), foram implementados os Estudos Gerais Universitários de Angola, como Instituição, a qual em 1968 foi transformada em Universidade de Luanda. Neste período também foram criados os Seminários de Estudos Superiores em Luanda, Huambo e Lubango.

Em 1976 foi criada a Universidade de Angola. Em 1985 passou a se chamar Universidade Agostinho Neto e se manteve como a única universidade pública em todo território nacional até 2009, quando ocorreu o seu redimensionamento (Carvalho, 2012).

Nos anos de 2005 e 2006, respectivamente, foram aprovados as “Linhas Mestras para a melhoria da gestão do Subsistema do Ensino Superior” e o “Plano de Implementação das Linhas Mestras para a melhoria da gestão do Subsistema do Ensino Superior”, redimensionando a Universidade Agostinho Neto.

Neste âmbito, criaram-se as 7 regiões académicas, a partir do Decreto nº 5/09 de 7 de Abril:

- 1) Luanda e Bengo (com sede em Luanda);
- 2) Benguela e Cuanza-Sul (com sede em Benguela);
- 3) Cabinda e Zaire (com sede em Cabinda);
- 4) Lunda-Norte, Lunda-Sul e Malange (com sede na Lunda-Norte).
- 5) Huambo, Bié e Moxico (com sede no Huambo);
- 6) Huíla, Cunene, Cuando-Cubango e Namibe (com sede na Huíla);
- 7) Cuanza-norte e Uíge (com sede em Uíge).

Em 2009 foram criadas 6 universidades públicas e diferentes institutos nas regiões académicas referenciadas.

Quadro I – As Instituições de Ensino Superior Públicas em Angola actualmente em funcionamento

Nº	INSTITUIÇÃO	PROVÍNCIA
1	Universidade Agostinho Neto	Luanda
2	Instituto Superior de Ciências de Educação	Luanda
3	Instituto Superior de Educação Física e Desporto	Luanda
4	Instituto Superior de Tecnologias de Informação e Comunicação	Luanda
5	Instituto Superior de Ciências da Comunicação	Luanda
6	Instituto Superior de Serviço Social	Luanda
7	Instituto Superior de Artes	Luanda
8	Universidade Katyavala Buila	Benguela
9	Instituto Superior Politécnico	Cuanza Sul
10	Universidade 11 de Novembro	Cabinda
11	Universidade Lueji A ´Nkonde	Lunda- Norte
12	Instituto Superior Politécnico	Malange
13	Escola Superior Politécnica	Malange
14	Universidade José Eduardo dos Santos	Huambo
15	Instituto Superior de Ciências de Educação	Huambo

16	Escola Superior Pedagógica	Bié
17	Universidade Mandume Ya Ndemofayo	Huíla
18	Instituto Superior de Ciências de Educação	Huíla
19	Universidade Kipa Vita	Uíge
20	Instituto Superior de Ciências de Educação	Uíge
21	Escola Superior Pedagógica	Cuanza-Norte

Fonte: Diário da República nº 87, série I, 12 de Maio de 2009. Decreto nº 7/09 de 12 de Maio.

Em 2007 existiam 13 iniciativas no âmbito do ensino superior privado, que se contrapõem às 40 instituições de ensino privado, em funcionamento actualmente.

Com estes dados, é notória a expansão do ensino superior angolano especialmente no período em que decorre uma reorganização do Subsistema do Ensino Superior criando assim uma Secretaria de Estado do Ensino Superior, que então impulsiona esta expansão de instituição públicas e autoriza a abertura de algumas iniciativas privadas. Mais tarde com a criação do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia são aprovadas um conjunto de instituições de ensino superior privadas.

Recentemente, segundo o Decreto Presidencial nº 188/14 de 4 de Agosto e já sob a égide do actual Ministério do Ensino Superior, foi aprovada a VIII Região Académica que integra as províncias de Cuando-cubango e Cunene, criando a oitava universidade, intitulada Universidade Kuito Kuanavale, alterando assim a VI Região Académica, a qual passa a integrar apenas as províncias de Huíla e Namibe.

Face à dinâmica da evolução das instituições do ensino superior público e privado, em Angola, houve a necessidade de se rever a qualidade do ensino nestas instituições.

Mas, para melhor compreender as políticas governamentais para a qualidade, aplicadas através da avaliação das instituições angolanas, temos primeiro de nos debruçar sobre o panorama geral, a este respeito.

2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM PANORAMA GERAL

A avaliação institucional tem ganho um forte espaço no processo de tomada de decisão de muitos Estados, quer seja a avaliação interna ou a avaliação externa. Verhine e Freitas (2010), argumentam que os governos actuais vêm atribuindo à avaliação um papel importante na reforma dos sistemas educativos, onde ela é vista como um instrumento de legitimidade de poder em muitos países e também uma forma eficaz de

aplicar reformas na educação, que, por sua vez, se relacionam com as grandes metas sociais e económicas definidas pelo processo de globalização.

Assim, e para o alcance da qualidade do ensino superior e dos serviços prestados pelas Instituições de Ensino Superior (IES), tendo em conta as necessidades e os objectivos dos Estados, é de grande preocupação a implementação de um sistema de avaliação que possa dar respostas a esses objectivos.

Com a globalização e a organização dos Estados em blocos regionais, a preocupação com a avaliação da qualidade e a regulação do ensino, passou a ter prioridade nas agendas de muitas organizações e até mesmo nas relações de cooperação entre vários Estados, tornando-a uniforme em países da mesma região ou comunidade.

No entanto, a avaliação, conforme sustenta Alves (2009), é delicada de implementar, pois não deve ser um «ritual» ou um «instrumento» de direcção administrativa ou um instrumento de direcção pública, mas deve ser procurada, ou seja, deve partir da necessidade das próprias IES em melhorar a qualidade de ensino e prestação de serviços, e resultar numa consciencialização de todos os participantes do processo.

Nos Estados Unidos da América, por exemplo, a necessidade de garantir padrões mínimos de qualidade para oferta da educação superior nos seus sistemas de ensino descentralizados e bastante fragmentados foi reconhecido desde o final do século XIX e resultou na criação de associações de acreditação de carácter regional, mantidas pelas instituições participantes (Boclin, 2005 *apud* Verhine & Freitas, 2010).

Mas a preocupação da desigualdade nos currículos do mesmo curso nos diferentes países criou vários problemas para a equivalência de ensino em países de uma mesma comunidade, como foi o caso da Europa. Por outro lado, a mobilidade dos estudantes entre países membros, levou à convergência de estruturas organizacionais e currículos compatíveis.

De um modo geral, segundo estudos apresentados por Brennan & Shah, (2000), *apud* Verhine & Freitas (2010), na Europa há uma tendência de dar maior ênfase à avaliação da qualidade da educação superior ao invés da regulação e controle. Ao contrário da realidade angolana em que o estado tem o papel de regulador e de avaliador (Silva & Mendes, 2011).

Para exemplos mais específicos dos países da Europa, Verhine & Freitas, citam a experiência de Portugal, onde o modelo adoptado é marcado por três ciclos distintos, sendo o primeiro denominado “Experiência Piloto”; o segundo foi Coordenado pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES) durante todo o tempo

de vigência; e o terceiro ciclo foi implementado em 2007 e até ao presente, com a criação de uma Agência de Avaliação e Acreditação da Educação Superior, com objectivo de se ter uma dinâmica mais completa da realidade da educação superior em Portugal, incluindo processos de avaliação e acreditação dos cursos.

Na América Latina a avaliação institucional tem sido preocupação, não somente interna dos Estados, mas também de organizações de integração regional, como é o caso do Mercosul.

Para Lemaitre (2005) *apud* Barreyro & Lagoria (2010), o mecanismo de acreditação do Mercosul é apenas uma tentativa de coordenar os esforços, para melhorar o funcionamento das agências em cada um dos países membros, e não uma meta-agência de avaliação ou super-estrutura para garantir a avaliação e a melhoria da qualidade.

No que respeita ao caso específico dos PALOP, houve uma tentativa de criar mecanismos de qualidade, no seio dos países que fazem parte, tal como referimos no ponto seguinte.

3. AVALIAÇÃO E PARÂMETROS DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

No âmbito da avaliação institucional, como forma de garantir a qualidade, o actual desafio é o de responder às exigências que se colocam, quer estas sejam dos políticos, dos empregadores, dos alunos ou da sociedade em geral, tendo em conta que apenas processos avaliativos produzem resultados mensuráveis do ponto de vista qualitativo, os quais poderão, certamente, acarretar resultados benéficos às instituições de ensino e, neste caso em particular, às instituições do ensino superior e tendo em conta que a melhoria da qualidade do ensino aumenta o desenvolvimento de competências o que proporciona a empregabilidade dos recém-formados e que as avaliações devem ser vistas como um instrumento que irá contribuir para o melhoramento da qualidade das instituições em todas as vertentes.

Como refere Oliveira (2012), num artigo apresentado no XXII Encontro das Universidades de Língua Portuguesa, realizado em Maputo em 2012, “*A qualidade assume-se como uma condição fundamental e elemento estrutural do ensino superior que se reflecte nos domínios científico, tecnológico, económico e social*”.

Both (1997) *apud* Sousa (2002) vai mais longe ao afirmar que, avaliação, processo e qualidade constituem uma trilogia que garante o sucesso de uma instituição,

sendo que o termo *qualidade* integra um conjunto de valores que devem ser encarados numa perspectiva multidimensional e não, numa perspectiva de redutibilidade recíproca.

Nesta perspectiva e, no âmbito do presente artigo, as instituições do ensino superior de língua portuguesa não são excepção, o que se pode facilmente comprovar pelos inúmeros congressos, seminários e apresentações existentes, a esse respeito, quer em Portugal, quer nos restantes países de língua oficial portuguesa.

Aliás, Portugal como país agregador dos PALOP, não podia deixar de fora uma política de apoio e parceria, no que respeita ao desenvolvimento dos restantes países, principalmente os situados no continente africano, no que respeita às políticas de cooperação entre instituições do ensino superior.

Sousa (2001) *apud* Mourato (2011) aponta o ano de 1998 como aquele em que os objectivos da CPLP, Comunidade onde se incluem os PALOP “(...) *se estenderam formalmente à Educação em geral e, mais especializadamente, ao Ensino Superior, tendo-se celebrado uma plataforma para o acordo de cooperação entre as instituições de Ensino Superior dos Estados membros (...)*” (p. 51).

Um exemplo disso, consta da Declaração de Maputo, da responsabilidade da Associação de Universidades de Língua Portuguesa, em que é referida a criação de sistemas para a acreditação dos cursos, da investigação científica e das instituições do ensino superior que reforcem a credibilidade do sistema do ensino superior e de investigação científica, colocando-os em patamar concorrencial com os sistemas organizados por outros países ou outras comunidades⁴.

Num artigo apresentado no mesmo Encontro, de autoria de Guina (2012) e subordinado ao título “*Criação de agências nacionais e internacionais de avaliação e acreditação do Ensino Superior*”, a autora afirma que, e no caso específico de Moçambique,

*para que o ensino moçambicano seja inserido no sistema regional e inter-regional, há necessidade de se garantir a qualidade do ensino superior. Uma das formas de garantia da qualidade do ensino superior tem a ver com a avaliação e a acreditação do mesmo. Com a criação das agências de avaliação e acreditação do ensino superior, poder-se-á contribuir para a melhoria da qualidade das instituições do ensino, que por sua vez influenciará na qualidade do ensino.*⁵

Verificamos assim que, segundo a autora, a existência de órgãos reguladores sobre a qualidade de ensino poderá constituir uma forma de assegurar essa mesma

⁴ In: Declaração de Maputo, Associação de Universidades de Língua Portuguesa, Junho de 2012

⁵ Fonte: XXII Encontro das Universidades de Língua Portuguesa, Programas e Resumos.

In: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/templates/cesa/images/ResumosAULP2012.pdf>, consultado em 20/9/2014

qualidade, e a própria sociedade deverá ser informada, pelas agências de avaliação e acreditação, sobre os cursos e as instituições que tenham tido um desempenho de qualidade.

Sobre os aspectos a serem regulados, Daniel Zacarias, da Universidade Eduardo Mondlane, de Maputo, no seu artigo subordinado ao tema “*Avaliação da qualidade do ensino mediante a percepção dos estudantes numa instituição de ensino superior em Moçambique*”⁶ afirma que

Através da análise factorial, nove variáveis foram determinadas como determinantes da percepção de qualidade de serviços, nomeadamente “qualidade académica do corpo docente”, “estrutura institucional e académica”, “processo de leccionação e material de apoio”, “empatia do corpo docente e processo de avaliação”, “material suplementar das aulas e sucesso nas avaliações”, “processo de formação e preparação para actividades futuras”, “qualidade do material de apoio e acervo bibliográfico”, “desenvolvimento de espírito crítico estudantil” e, a “calendarização adequada das actividades...”.

Mas apesar das inúmeras iniciativas existentes e em intenção, por parte dos países de língua oficial portuguesa, nem sempre os resultados, em termos de melhoria da qualidade de ensino, têm sido os desejados. Para tal contribuem factores de diversa ordem, quer políticos, quer sociais, quer culturais.

Também no Brasil existe uma preocupação crescente com a qualidade do ensino superior.

De acordo com Barreyro & Lagoria (2010), no caso brasileiro, a avaliação institucional é promovida pela Coordenação e Desenvolvimento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), que iniciou suas operações em 1976 e já tem mais de três décadas de experiência contínua. Em 1993 a avaliação incluía a auto-avaliação e avaliação externa, tinha uma função formativa e o objectivo era melhorar a qualidade. Em 2003, foi criada uma Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior, que apresentou a proposta de criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) o qual funciona até ao presente.

No que respeita à qualidade da educação superior e internacionalização e à perspectiva dos países de língua portuguesa, Morosini (2008) afirma, com base nos Trabalhos apresentados no *II Seminário Internacional de Educação Superior na CPLP*, que, o conceito de qualidade não reúne um único consenso, no que respeita aos diferentes países da CPLP, podendo-se concluir, e ainda na perspectiva da autora, que o conceito de qualidade é multifacetado, caracterizado principalmente pela utilização conjunta entre isomorfismo, equidade e diversidade.

⁶ Ib idem

No que respeita a Angola, a realidade da qualidade das instituições do ensino superior, constitui uma matéria que abordaremos no ponto seguinte.

4. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A QUALIDADE: ANÁLISE DO CONTEXTO ANGOLANO

A partir das Linhas Mestras do Governo de Angola, para o Ensino Superior ficou patente no Plano de Implementação a necessidade de melhorar a qualidade do Ensino Superior, integrando-o na estratégia global da reconstrução e desenvolvimento do país (SEES, 2006).

Com a falta de serviços especializados de inspecção, supervisão e avaliação do ensino superior, constitui uma preocupação a falta de informação sobre a qualidade de serviços prestados, nomeadamente, quanto aos objectivos pedagógicos perseguidos, aos conteúdos utilizados, aos métodos de ensino e aprendizagem privilegiados, ao sistema e aos procedimentos de avaliação de aprendizagens praticados em cada instituição de ensino (SEES, 2005, p.15).

Considerando a necessidade de avaliação em Angola, as primeiras iniciativas datam de finais da década de 1980, com avaliações internas e externas. Destacamos assim as experiências da Universidade Agostinho Neto (UAN), no ano de 2005 que implementou uma política avaliativa nas suas unidades orgânicas. Das acções materializadas, destacamos a auto avaliação institucional realizada na Faculdade de Medicina e na Escola Superior Agrária do Cuanza Sul.

De acordo com o Relatório Final da Avaliação Interna da Faculdade de Medicina (2006), o objectivo foi o de avaliar o Curso, buscando atender ao “Standard Globais para o Desenvolvimento de Qualidade em Educação Médica Pré-Graduada” da WFME. A abordagem utilizada foi a qualitativa sendo implementada pela Comissão de Avaliação Interna da Faculdade de Medicina (CAIFM) e por Convidados Externos (nacionais).

A avaliação, segundo o mesmo documento tinha como princípios analisar a) Missão e objectivos; b) Programa educacional; c) Avaliação dos estudantes; d) Estudantes; e) Corpo docente; f) Recursos Educacionais; g) Avaliação do Programa; h) Governança e Administração e i) Renovação Contínua.

Na Escola Superior Agrária do Cuanza Sul foi implementada, no ano de 2008, a avaliação interna da qualidade dos cursos ministrados e conseqüentemente o seu desempenho institucional. A avaliação teve como destaque as dimensões relativas ao corpo docente e discente, as disciplinas, as infra-estruturas e os serviços prestados (Mendes & Silva, 2011).

Numa perspectiva mais ampla, no ano de 2009 foi aprovado o Decreto Presidencial nº90/09 de 15 de Dezembro, que, nos seus Artigos 99º e 100º, estabelece o Sistema de Avaliação das Instituições do Ensino Superior, bem como as formas de avaliação, com destaque para a obrigatoriedade das instituições do Ensino Superior de se submeterem aos processos de avaliação e tomarem as providências necessárias para satisfazerem as recomendações ou determinações.

No âmbito dos Programas de Acção Fundamentais do Plano Nacional de Formação de Quadros (2013-2020), o Programa de Acção nº1 – “Formação de Quadros Superiores” prevê, como uma das medidas políticas para a obtenção dos resultados na avaliação do Ensino Superior, um ciclo de avaliação a iniciar no ano de 2014. Inicialmente, este Programa estava virado para uma vertente pedagógica de trabalho com as instituições, identificando as acções necessárias para a melhoria da qualidade do Ensino Superior e posteriormente estes resultados seriam utilizados como base para as autorizações de funcionamento de cursos e das próprias instituições (PNFQ, 2013).

Considerando a necessidade de avaliação institucional, em Angola, actualmente existe uma maior preocupação com a qualidade, quer por parte das instituições públicas, quer por parte das instituições privadas, materializada em iniciativas de auto avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face à apresentação do presente artigo, podemos concluir que a avaliação institucional é considerada um dos aspectos importantes do Ensino Superior.

Considerando os resultados parciais, conseguidos até o momento, nota-se que há iniciativas de avaliação interna nas instituições do ensino superior públicas e privadas e há a produção de legislação aplicável sobre esta matéria específica, no contexto de Angola.

Nota-se também que a análise de cada um dos processos de avaliação institucional, decorridos em Angola, será fundamental para a compreensão dos objectivos, dos pressupostos e do tipo de abordagem presente em cada uma das experiências.

As avaliações implementadas em Angola carregam consigo percepções, ideais, noções e pressupostos que representam a realidade em que se inserem e que necessitam de uma investigação aprofundada para que se componha um mapa do que tem sido as avaliações existentes e assim contribuir para traçar linhas para as novas e futuras avaliações, sejam elas internas ou externas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, M. P. (2009) *Avaliação e Qualidade das Organizações*. Capítulo 2. Avaliação dos Serviços. Lisboa: Escolar Editora.
- Audy, J.; Morosini, M.C. (2008) *Internacionalização da Educação Superior e Qualidade. Inovações e qualidade na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Barreyro, G. B.; Lagoria, S. L. (2010) *Acreditação da Educação Superior na América Latina: Os Casos da Argentina e do Brasil no Contexto do Mercosul*. Disponível em: http://www.usp.br/prolam/downloads/2010_1_1.pdf Consultado em 20/09/2014
- Carvalho, Paulo (2012). *Evolução e crescimento do ensino superior em Angola*. Revista Angolana de Sociologia (On-line). Nº 9. Julho/2012. Consultado em 10 de Agosto. Disponível em: <http://ras.revues.org/422>
- Feltran, R.; Almeida, A.; Sousa, A.; Coimbra, A.; Pagotti, A; Pinto, E. et al (2002) *Avaliação no Ensino Superior*. Campinas, SP:Papirus. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.
- Morosini, M. C. (2001) *Qualidade Universitária: isomorfismo, diversidade e equidade*. Revista Interface. Botucatu: UNESP.
- Morosini, M.C. (2008) *Internacionalização da Educação Superior e Qualidade*. Inovações e qualidade na Universidade/ Jorge Nicolas Audy, Marília Costa Morosini-Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Morosini, M.; Santos, C.; Bertinati, N. *Qualidade da Educação Superior e Internacionalização:a perspectiva dos países de língua portuguesa*. Disponível em: <http://www.upe.br/portal/download/imprensa/cpa/11%20-%20QUALIDADE%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20SUPERIOR%20E%20INTERNACIONALIZA%C3%87%C3%83O.pdf> Consultado em 20/09/2014
- Mourato, I.C. (2011) *A Política de Cooperação Portuguesa com os PALOP's: contributos do Ensino Superior Politécnico*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais.
- Silva, E. A. da; Mendes, M. da C. B. (2011). *Avaliação, Acreditação e Gestão do Ensino Superior em Angola: percepções, desafios e tendências*. Paper. Disponível em:

http://www.forumgestaoensinosuperior2011.ul.pt/docs_documentos/15/paineis/08/mcbm_eas.pdf Consultado em 12/03/2014.

Speller, P.; Robl, F.; Meneghel, S. (2012) *Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década*. Brasília : UNESCO, CNE, MEC. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf>. Consultado em 19/09/2014

Verhine, Robert E.; Freitas, A. A. (2010) *A avaliação da educação superior: modalidades e tendências no cenário internacional. Qualidade e Regulação*. Revista Ensino Superior Unicamp.

Outras Fontes:

Declaração de Maputo. XXII Encontro da AULP. (2012). Disponível em: http://aulp.org/images/stories/documents/Declarao_AULP_SITE.pdf

Decreto nº 5/09 de 12 de Maio. Diário da República nº 64, série I, 07 de Abril de 2009.

Decreto nº 7/09 de 12 de Maio. Diário da República nº 87, série I, 12 de Maio de 2009.

SEES. (2007) *Novos Rumos do Ensino Superior*. III Conferência dos Ministros da Educação de África (COMEDAFIII). Joanesburg. 6 a 10 de Agosto de 2007.

UAN. Universidade Agostinho Neto. Faculdade de Medicina. (2006). *Relatório Final da Avaliação Interna da Faculdade de Medicina*. Luanda, Angola. Consultado em: 12/06/2014 Disponível em: <http://www.fmuan.ao/documentos/Avalia%20da%20Faculdade%20de%20Medicina%20da%20UAN-%20Relat%20Final.pdf>